

## \* FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Carmem Lúcia Soares \*\*

Nossa exposição sobre o tema estará dividida em três momentos, os quais procuramos apresentar de modo articulado.

Assim, num primeiro momento, faremos referência ao significado do termo FUNÇÃO, a partir da teoria funcionalista, na qual o termo em questão é empregado na esfera das instituições.

Num segundo momento, faremos referência ao significado do termo PAPEL, empregado na esfera dos indivíduos, e básico para o entendimento das "funções", as quais só serão plenamente desempenhadas se os sujeitos concretos da relação pedagógica - o professor e o aluno - incorporarem o papel que lhes foi destinado em sua prática social.

Num terceiro e último momento, procuraremos apontar alguns caminhos para a Educação Física Escolar, caminhos estes que, acreditamos, apenas começam a ser esboçados.

### 1 - O termo FUNÇÃO

Como já afirmamos, o termo FUNÇÃO, a partir de uma abordagem estrutural-funcionalista é atribuída às instituições. É um termo retirado das ciências biológicas e introduzido nas ciências sociais. Há indicações de que o conceito de função tenha sido introduzido no âmbito das ciências sociais por H. Spencer, que, para tal, partiu, basicamente, da Fisiologia.

O termo função pode ser definido como:

... "una condicione, un estado de cosas, resultante de la operación (incluyendo en el término "operación" la mera persistencia) de acuerdo con una(s) estructura(s), de una unidad del tipo

considerado. En el caso de las ciencias biológicas tal unidad es, por lo general, un organismo o un subsistema de un organismo. En el caso de las ciencias sociales, la unidad es, por lo general, un sistema de acción que entraña una persona o un conjunto de personas (actores).(1)

Alguns antropólogos como R. Brown (1936, 1935), adeptos do método estrutural - funcionalista, afirmam ser a função uma contribuição particular para a existência e a perpetuação de um dado sistema mais geral.(2)

Esta interpretação dada ao termo função teve como precursor o sociólogo francês E. Durheim, que definiu "...como função de uma instituição social, a correspondência entre ela e as necessidades ... do organismo social.(3)

Para os sociólogos funcionalistas, o termo função inclui ações sociais, processos em andamento, estruturas de grupo e até fenômenos não padronizados culturalmente.

Talcott Parsons, sociólogo e teórico de funcionalismo, considera importantíssimo o conceito de função, afirmando que:

... "seu papel crucial é fornecer critérios da importância de fatores e processos dinâmicos dentro do sistema ... Ou um processo ou conjunto de condições "contribui" para a manutenção (ou desenvolvimento) de sistema, ou é disfuncional" no sentido de que prejudica a integração, eficácia, etc. do sistema".(4)

O conceito de função constitui-se num conceito-chave para a teoria estrutural-funcionalista, tendo sido aprimorado de tal modo que é possível fazer: ..." distinções entre conseqüências intencionais

\* Texto apresentado no Seminário de Educação Física Escolar promovido pelo Departamento de Ginástica da Escola de Educação Física da USP, realizado nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 1990 em São Paulo - SP.

\*\* Professora da UNICAMP - Faculdade de Educação - DEME

e reconhecidas pelos participantes do sistema (funções manifestas) e as que não são nem intencionais, nem reconhecidas (funções latentes)".(5)

Portanto, a partir desta abordagem, a função é a parte que contribui para a manutenção, conservação e perpetuação de um todo que podemos denominar sistema, e que torna, assim, possível a sua funcionalidade.

Parece consensual, para os entendimentos hegemônicos das funções a serem desempenhadas pela Educação Física Escolar, uma certa instrumentalização de seus conteúdos, e, neste sentido, uma interpretação "funcional" de sua prática pedagógica.

A legislação específica (6), a produção do conhecimento e a prática pedagógica parecem apontar, ainda nos dias atuais, para uma visão "biológica" da Educação Física Escolar, na qual sua função volta-se para a melhoria da aptidão física dos indivíduos. Para esta compreensão, a função da Educação Física Escolar, a melhoria das aptidões físicas dos indivíduos, mecanicamente, estaria contribuindo para o desenvolvimento social, uma vez que os "...indivíduos estariam mais aptos a atuar na sociedade e, portanto, seriam também mais 'úteis' a ela".(7)

Para essa visão, é, ainda, função da Educação Física Escolar o desenvolvimento, o aprimoramento e a manutenção da saúde, numa clara alusão à saúde como saúde física e não como saúde social. O exercício físico é, então, considerado "em si", como fator de desenvolvimento da saúde numa relação de causa e efeito. Esta compreensão vai de encontro àquela formulada pela Organização Mundial de Saúde, na qual a saúde só pode ser compreendida como resultado de condições dignas de vida, o que, certamente, não ocorre com a maioria da população brasileira.

Somada a esta visão, há uma outra, que foi denominada por Bracht (8) "bio-psicológica", e que, incorporando a visão anterior (biológica), postula como função da Educação Física Escolar

"...a melhoria da aptidão física (dos indivíduos), o seu desenvolvimento intelectual e a manutenção do equilíbrio afetivo emocional. Valendo-se de uma abordagem sistêmica, poderíamos afirmar que a Educação Física atua sobre os domínios psicomotor, cognitivo, e afetivo."(9)

Embora muitos escritos (teoria) e até mesmo a legislação proclame esta "integração" do homem dividido, quando teoria e prática se unem, ou seja, na ação, é possível perceber, desde os cursos de formação de profissionais de Educação Física (que ainda exigem, até os dias de hoje, um teste físico para ingressar num curso de Educa-

ção Física) até as escolas de 1º e 2º graus, a consideração de valores de ordem física e um certo menosprezo e secundarização daqueles de ordem psicossocial. Espera-se que os efeitos ditos "positivos" ocorram por uma mecânica relação de causa e efeito do exercício físico em si.

Para as duas visões apontadas, a relação da Educação Física com o contexto social, nele inclusa a instituição escolar, é uma relação funcionalista. Cabe à Educação Física Escolar contribuir, enquanto parte (função particular do sistema), na formação de um cidadão física e psiquicamente apto a desempenhar um determinado papel a ele atribuído na prática social, de acordo com a estrutura vigente, no sentido de mantê-la em seu estado atual.

## 2 - O "papel" dos PAPÉIS sociais

Para darmos conta do entendimento do desenvolvimento pleno das funções a serem desempenhadas pela Educação Física no interior da instituição escolar, torna-se necessário determo-nos, ainda que de forma superficial, nos "papéis" que foram atribuídos aos sujeitos concretos da relação pedagógica escolar - o professor e o aluno - para o pleno desenvolvimento das funções aqui registradas.

Para falar sobre o papel, cabe-nos precisar este termo utilizado na teoria funcionalista em referência aos indivíduos.

Talcott nos diz que papel

"...é a participação estruturada, ou seja, regulada por normas, de uma pessoa num processo concreto de interação social com outros titulares de papéis concretos e especificados."(10)

Numa situação social, portanto, os sujeitos sociais são considerados como atores numa peça teatral, desempenhando PAPÉIS e estando, assim sujeitos a regras e possuindo deveres e obrigações que podem ser sancionados segundo sua maior ou menor eficácia ao executá-los.

Analisado o "papel" do supervisor educacional, em estudos realizados em 1983, a Profa. Naura S. P. Correa da Silva da UFPr, assim se expressa sobre esta sequência de práticas estruturadas e reconhecidas que se denominam "papel". A partir de uma abordagem funcionalista,

"...um papel é compreendido como uma cristalização de uma relação de forças, tendo por efeito o reconhecimento de que uma sequência de práticas deve ser estruturada de uma certa maneira e não de outra. É o conjunto de competências necessárias ao desempenho de determinado papel.

A cristalização de uma relação de forças em

um papel evita, assim, que os parceiros que estão em relação tenham uma confrontação, uma saída, sendo previsível, torna a desnecessária.

Assim compreendido, um papel é um ritual e tem, portanto, um duplo efeito: por um lado, os adversários reconhecem que a atual relação de forças é uma "específica" e não outra e, por outro lado, a dominação de um dos adversários pelo outro exerce-se plenamente."(11)

Ou seja, há, a partir deste entendimento de papel social, a certeza de que relações de força e, conseqüentemente, de poder e dominação são estáticas, previsíveis e sem conflitos ou contradições.

Reconhecendo, portanto, a existência de uma dada correlação de forças, têm-se as condições dadas da institucionalização no papel, cujo efeito predominante, conforme observa T. Parsons (12), "...é a dominação exercida por um dos parceiros sobre o outro."

Este procedimento de papel, largamente utilizado na Educação em geral e na Educação Física em particular, é justificado pela necessidade da "ordem", da "disciplina" a partir de normas e sanções, e associado à idéia de que a escola só deve trabalhar com aquilo que é útil, funcional e adequado ao sistema, ou seja, com aquilo que contribui para a realização de um fim padronizado e normatizado.

Consideramos necessário e oportuno refletir um pouco sobre o empobrecimento das relações sociais e de suas práticas, entre elas a prática pedagógica escolar, quando estas se dão nos parâmetros daquilo que é útil, funcional e instrumental, o que nos parece, tem sido historicamente o caso da Educação Física Escolar.

Para tal, torna-se importante fazermos referência a todo um processo cultural existente na sociedade ocidental desde o final do século XIX, que acaba legitimando uma "cultura utilitária", ou, como diz A. Gouldner... "uma cultura que instrumentaliza as práticas sociais, educando os sujeitos para ocuparem PAPÉIS na sociedade sendo assim úteis."(12)

A cultura utilitária a que Gouldner faz referência, é aquela criada e elaborada pela classe média que, ao longo de todo o século XVIII, foi tolerada pelo clero e pela aristocracia, pela sua utilidade.

No desenvolvimento histórico da sociedade ocidental, a classe média, com sua utilidade, de tolerada simplesmente, passa a ser respeitada e, desse modo, transforma NORMAS e PADRÕES.

Segundo as análises desenvolvidas por Gouldner, durante o século XIX, a classe média, valendo-se do seu critério de utilidade, impôs certas exigências. No que diz respeito às recompensas distribuídas na sociedade, a classe média vai exigir que

estas sejam dadas somente para quem possui talento e energia manifestada individualmente, enfim, para aqueles que demonstrarem esforço individual para conseguir um espaço na sociedade, e não mais sobre a base de nascimento e da identidade social.(14)

Qual a razão de fazermos referência a estas informações e, em especial, ao conceito de cultura utilitária?

Porque a Educação Física, que nasce no final do século XVIII, com os filantropos, e, no século XIX com os filósofos, pedagogos e médicos, é fruto desta cultura utilitária.

Ela tem como função normatizar, disciplinar e uniformizar os corpos e as mentes. A sua função "educativa" no âmbito escolar foi e tem sido, hegemonicamente, aquela de reforçar os papéis sociais exigidos para a manutenção do sistema, instrumentalizando os movimentos para as tarefas "essenciais" na escola.

### 3 - O "papel" dos sujeitos concretos da relação pedagógica escolar - o professor e o aluno.

Para o desempenho das funções apontadas como ainda hegemônicas na Educação Física Escolar, há que fazermos referência ao papel atribuído ao professor e ao aluno no ambiente escolar.

Quanto ao papel do professor de Educação Física na instituição escolar, vemos que lhe é atribuído desde o papel do militar, incorporado na figura do "instrutor", nos primórdios da institucionalização da Educação Física nas escolas brasileiras, até aquele de terapeuta corporal, que alguns lhe imputam nos dias de hoje, passando é claro, pelo papel de técnico desportivo, médico, carpinteiro, pedreiro, pintor, fisioterapeuta, organizador de festas, de fanfarras, de desfiles cívicos etc... E o papel de professor de Educação Física, em que canto da história se perdeu?

Quanto ao papel do aluno, este é o de flutuante no cenário da aula. Ele (aluno) pode ter o papel de recruta que obedece cegamente o instrutor, ou o papel do atleta que "agrada" o técnico, ou o papel de ajudante de pedreiro, carpinteiro, pintor, organizador de festas; pode também desempenhar o papel de paciente da fisioterapia, do médico ou do terapeuta corporal.

Há, ainda, em relação ao papel do aluno, um forte estereotipação de papéis sexuais, porque ainda há forte sexismo (15) na Educação Física Escolar. As turmas ainda são, em geral, divididas por sexo (até em alguns cursos superiores) e, preferencialmente, ainda é o homem que ministra aulas aos homens e a mulher que ministra aulas às mulheres.

A relação entre professores e alunos, cada um com seu papel estabelecido, está sujeita a normas

e sanções que permitem, assim, prever certos limites. As normas e regras, por sua vez, determinam comportamentos adequados para cada um dos papéis em cada situação específica. A disciplina e a ordem formal, portanto, permeiam esta relação, uma vez que, se as regras forem violadas, professores e alunos estarão sujeitos a sanções.

"... A relação, pois estabelece-se organicamente a partir dos papéis desempenhados pelos atores e, com certa abstração, pelo indivíduo que está atrás de cada papel." (16)

O desempenho adequado dos papéis, bem como a sua distribuição em diferentes posições, só é possível a partir de um treinamento onde "todos os atores podem relacionar-se, uma vez que aceitem as mesmas normas sobre os objetivos que buscam e os meios que empregam para alcançá-los." (17)

O que são nossos cursos de formação onde, via de regra, o questionamento, a crítica, seja de professores, alunos ou funcionários é punido explicitamente ou diluído nas inúmeras estratégias de amortização e abafamento de conflitos? O que são as escolas do 1º e 2º graus, senão o local onde predomina o silêncio e a conformação com premiação para quem permanece ou sai da norma?

Pautada, então, em uma concepção mecanicista, num sistema escolar rígido, qual é a possibilidade de um aluno não se tornar um indivíduo autômato, condicionado, um aluno-padrão, um homem-máquina? (18)

Mesmo com nossa "formação deformada", como podemos recuperar nossa identidade de pessoa consciente e perceber toda a complexidade da problemática educacional em seu conjunto? Que mecanismos deveremos estabelecer para libertarmos-nos dos condicionamentos reducionistas e das crenças e dogmas que nos tornaram uma infinidade de coisas, mas pouco fizeram para que nos tornássemos professores?

#### 4 — Outros caminhos a percorrer ...

Até aqui procuramos fazer um apanhado geral do que tem sido (e ainda é) entendido como função da Educação Física Escolar, e os papéis dos sujeitos concretos da relação pedagógica escolar — o professor e o aluno.

Cabe-nos, agora, esboçar aquilo que consideramos perspectivas para a Educação Física Escolar, evidenciando, então, outras funções, as quais acreditamos não serem "funcionais", mas, pelo contrário, desencadeadoras de conflitos e que possam, assim, evidenciar as relações de dominação que pesam sobre a instituição escolar e sobre toda a sociedade brasileira. Função, agora, passa a

ser entendida não mais a partir da lógica formal, mas, sim, da lógica dialética. (19)

Na realidade, analisar e perspectivar outras funções para a Educação Física Escolar é também, buscar a sua legitimidade no interior daquela instituição a partir de outros parâmetros que não aqueles do desenvolvimento da aptidão física com vistas à saúde.

Tentativas neste sentido vêm sendo feitas ao longo de toda a década de 80, uma vez que essa década abre para a Educação Física em geral e para a Educação Física Escolar, em especial, as possibilidades de estudos, a partir não só das ciências da natureza, mas também das ciências do homem.

Neste sentido, cabe registrar aqui os estudos desenvolvidos por Castellani Filho (1983), 1984, 1988), Bracht (1984, 1985, 1989), Cavalcanti (1984), Lopes (1979, 1980), Oliveira (1983), Medina (1983), Ferrelira (1984), Carmo (1985), Guiraldelli (1988) entre outros, os quais têm trazido elementos necessários para entender os condicionamentos e as determinações que pesaram sobre a Educação Física brasileira, e que têm determinado o seu "conteúdo" e a sua "função" na instituição escolar.

Seguindo as análises desenvolvidas por Bracht (1989) acerca da busca de uma autonomia pedagógica para a Educação Física e, portanto, de sua legitimidade no interior da instituição escolar, perguntamos com o autor: "...mas como podemos legitimar a Educação Física na Escola? Em que consiste a importância da Educação Física? Para que serve a Educação Física?" (20)

A resposta a estas perguntas, certamente, está sendo construída cotidianamente nas milhares e milhares de escolas de 1º e 2º graus, bem como através de alguns profissionais nos 124 cursos de Educação Física existentes.

Todavia, consideramos necessário registrar aqui algumas reflexões que vimos fazendo num pequeno grupo, nos últimos anos, em torno da Educação Física Escolar enquanto um componente curricular. Com já afirmamos em outra oportunidade (21),

"... cabe às disciplinas que constituem o currículo (conjunto de atividades nucleares da Escola), transmitir, enquanto partes constitutivas de uma totalidade de conhecimentos, o seu particular, sem, entretanto, estabelecer uma oposição com o geral. Entretanto, para que possamos realizar esta tarefa, é preciso examinar atentamente o que fundamenta cada disciplina curricular e o porque de sua existência. É preciso captar o que a definiu como tal, a que necessidade pedagógica veio atender."

Nas visões por nós analisadas, as necessidades pedagógicas e as funções a serem atendidas e

desempenhadas pela Educação Física limitavam-se ao desenvolvimento da aptidão física com vistas à saúde em sua relação com o mundo da produção; sujeitos mais fortes pelo exercício físico, portanto, mais úteis ao trabalho... mais "produtivos".

Bracht(22) afirma nos dias atuais,

...“a Educação Física passa a ser relacionada menos diretamente com o mundo da produção, mas de forma medíata, através da mediação do lazer, o que em função do maior status social do trabalho (atividade “nobre”) em relação ao lazer (atividade “supérflua”), não deixa de constituir uma dificuldade para tal legitimação. No entanto, o lazer e a educação para o lazer, parecem, cada vez mais, serem considerados um tema e uma tarefa também da Escola.”

Aparenta nesta mesma direção, o documento - “Contribuição ao Debate do Currículo em EDUCAÇÃO FÍSICA : UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA TÉCNICA” - elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco.(23) Neste documento, a Educação Física é considerada

...“como uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, alguns “temas” ou “formas” da cultura corporal (...). Os temas ou formas da cultura corporal expressam um sentido e um significado onde se interpenetram dialeticamente a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade (...) Desta forma, a Educação Física, no ensino fundamental e médio, deverá considerar os aspectos antropológicos da expressão corporal humana, vinculando-se aos princípios da preparação para o mundo do trabalho e da educação para o lazer. Todavia, objetivos, conteúdos e processos metodológicos devem ser analisados à luz dos pressupostos dialéticos da totalidade, da natureza, da história do homem e da elaboração do conhecimento.”

Compartilhando destas análises e perspectivas é que finalizamos esta nossa intervenção, não sem acentuar que a sociedade brasileira necessita de uma radical transformação estrutural, sem a qual nenhuma proposta pedagógica terá êxito.

Isto porque, vivemos num país onde os contrastes se acentuam de modo cada vez mais cruel. A 8ª economia no mundo ocupa o nada confortável 80º lugar em qualidade de vida e possui 8 milhões de menores abandonados, conforme dados divulgados pela Revista Isto é/Senhor nº 1099, de outubro de 1990.

O Documento - Base da FAO para o Seminário “Fome, o Desafio dos Anos 90”, realizado em São Paulo, no mês de outubro de 1990, divulga dados estarrecedores da miséria social no Brasil:

são 53 milhões de pessoas que passam fome, ou seja, mais de 40% da população. Segundo dados do Ministério da Saúde, 840 mil crianças entre 1 e 4 anos e 420 mil recém-nascidos morrerão este ano. São Paulo e Rio de Janeiro juntos têm 4,5 milhões de pessoas que passam fome.

Em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, morrem 40.000 crianças com menos de um ano e a expectativa de vida no Estado é comparável à do Vietnã, Nicarágua, Tunísia, sendo que a mortalidade infantil é significativamente maior do que naqueles países, segundo documento elaborado pelo Fórum Estadual de Educação em Defesa da Escola Pública na LDB.

Num dossiê preparado pelo Ministério da Ação Social, a partir de levantamento do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), com base em dados tanto da Polícia Federal como em outros, e divulgado pela Folha de São Paulo do dia 25/10/90, existem no Brasil 500 mil menores prostitutas. Com base na população brasileira em 1989 - 147,4 milhões - existe uma menor prostituta entre cada 300 habitantes.

No Brasil, o salário-mínimo, que tem um valor quase simbólico, é sequer respeitado. Vinte por cento da população economicamente ativa recebem menos que um salário-mínimo. No Estado de São Paulo, 15% da população economicamente ativa recebe menos de um salário-mínimo (Doc. do Fórum Est. em Defesa da Escola Pública na LDB).

Setenta por cento da população sobrevivem com até três salários-mínimos; 80% dos trabalhadores brasileiros não são filiados a sindicatos ou associações de empregados (Isto é/Senhor nº 1099).

Quanto ao problema do analfabetismo, fator determinante num quadro de miséria social, o Brasil está em sétimo lugar entre os dez países com maior número de analfabetos, lista que é encabeçada pela Índia. São 33 milhões de analfabetos no Brasil, sendo que 5,5 milhões são crianças com idade entre 7 e 14 anos que ainda não aprenderam a ler. Temos uma evasão escolar de 50% na primeira série do ensino fundamental, e apenas 13% das crianças que ingressam naquele ensino conseguem concluir os 8 anos de escolaridade (Folha de São Paulo - 25/10/90).

Cerca de 20% da população brasileira com 15 anos ou mais é de analfabetos. Em São Paulo, cerca de 15%. Entre a população rural do Brasil o analfabetismo chega a 50%, e no Estado de São Paulo esta taxa é de 20%. Cerca de metade da população trabalhadora em São Paulo tem no máximo 4 anos de escolaridade (Documento do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública na LDB).

Existem, ainda inúmeros dados que traduzem a miséria social da 8ª economia do mundo. Finalizamos nossa intervenção com um verso de um poema de B. Brecht (24) que nos fala sobre a liberdade:

"De que serve a liberdade  
Se os livres têm que viver entre os não-livres?  
...Em vez de serem apenas livres, esforcem-se  
Para criar um estado de coisas que liberte  
a todos  
E também o amor à liberdade  
Torne supérfluo!"

# NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SILLS, David L. comp. Enciclopédia Internacional de las Ciencias sociales. Madrid. Aguilar, 1974-1976. Vol 1 p. 300
2. DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 500
3. Ibidem p.501
4. Ibidem p.501
4. Ibidem p.501
6. Referimo-nos aqui, em especial ao Decreto Federal nº 69.450/71 e ao Parecer 853 do Conselho Federal de Educação, que define a Educação Física nos currículos escolares como ATIVIDADE.
7. BRACHT, Valter. A criança que joga respeita as regras do jogo ... "capitalista". In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Vol. 7(2) : p. 62, 1986.
8. Ibidem p. 62,
9. Ibidem p. 62.
10. T. PARSONE apud Naura S.F. Correa da SILVA. O papel do Supervisor no atual contexto brasileiro. In *Cadernos CEDES*, São Paulo (7) : p. 9, 1983.
11. N.S.F. Correa da SILVA. Op. cit. p. 9.
12. T. PARSONS apud N.S. Correa da SILVA. Op. cit. p. 10.
13. A. GOULDNER. La crisis de la Sociologia occidental. Amorrortu editores. Buenos Aires, 1979. p. 66.
14. Ibidem. op. cit. p. 66.
15. Sobre o assunto consultar Sa DELAMONT. Os papéis sexuais e a escola. Lisboa, Horizonte, 1985.
16. N.S.F. Correa da Silva. Op. cit. p.8.
17. Ibidem. p. 10
18. Ibidem. p. 11
19. Sobre o assunto consultar Henri LEFEBVRE, Lógica Formal e Lógica dialética. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1983.
20. Valter BRACHT. Educação Física : a busca de autonomia pedagógica. *Revista da Fundação de Esporte e Turismo*. Secretaria Especial de Esporte e Turismo - Paraná. Vol. 1 (2) : p. 17, 1989.
21. O ESPORTE na escola brasileira. Palestra proferida no V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Promoção CBCE. Olinda. PE, 1987.
22. Valter BRACHT (1989). Op. cit., p. 17.
23. PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. Contribuição ao Debate do Currículo em Educação Física : uma proposta para a Escola Pública. Secretaria de Educação de Pernambuco; Micheli Ortega Escobar, Coord - Recife, 1989.
24. Bertold BRECHT. De que serve a bondade? Poemas : 1913 - 1956. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.